

A INSTITUIÇÃO DA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL E AS TAXAS DE ANALFABETISMO (2008-2022)

Letícia Araújo Pires¹

Silvino Areco²

RESUMO: Existe um consenso no mundo acadêmico acerca da importância da educação para o desenvolvimento social e o exercício da cidadania. Conseqüentemente, ter informações referentes às características básicas de educação regula o caminho para que o conhecimento seja cada vez mais acessível à sociedade. Essa pesquisa tem como objetivo Geral esboçar como se encontra os níveis de analfabetismo e instrução da população brasileira entre jovens e adultos. Mais especificamente, demonstrar e analisar o papel do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que objetiva diminuir a distância que separa o saber, do desconhecido, para os jovens e adultos no país. Outro objetivo específico da análise foi descrever uma breve história da EJA em território brasileiro. A metodologia da pesquisa é de caráter qualitativo e quantitativo, realizada em fontes bibliográficas. Concluímos que a EJA, infelizmente, permanece marginal entre as políticas educacionais e com pouco prestígio na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Educação, EJA, conhecimento, cidadania, analfabetismo, direitos.

Abstract: Everyone knows the importance of education for social development and the exercise of citizenship. Consequently, having information regarding the basic characteristics of education regulates the path for knowledge to be increasingly accessible to society. Access to quality Education is a fundamental right for expanding citizenship and increasing democracy. Public investments in education are extremely important for limiting poverty, crime and expanding economic growth, well-being and access to fundamental rights throughout society. This article outlines the levels of illiteracy and education of the Brazilian population among young people and adults, as well as showing the role of EJA in reducing this distance that separates knowledge from the unknown for young people and adults in the country as well as describing a brief history of EJA in Brazilian territory. We conclude that EJA, unfortunately, remains marginal among educational policies and has little prestige in Brazilian society.

Keywords: Education, EJA, knowledge, citizenship, illiteracy, rights.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí (UFMS/CPNV). E-mail: leticiaaraujopires2@gmail.com

² Professor Adjunto na UFMS/CPNV. Graduado em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Educação, ambas pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. E-mail: silvinoareco@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O acesso à Educação de qualidade é direito fundamental para a construção da cidadania e, conseqüentemente, fortalecer da democracia. Os investimentos públicos em educação são de extrema relevância para a diminuição do analfabetismo, a redução das desigualdades sociais, redução da criminalidade, ampliação do crescimento econômico, bem-estar da população e acesso aos direitos fundamentais por toda sociedade. Nesse sentido, a pesquisa procura esboçar como se encontra os níveis de analfabetismo e instrução da população brasileira entre jovens e adultos. Mas especificamente, demonstrar e analisar o papel do Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que tem por objetivo dar acesso aos jovens e adultos que por diversos motivos estavam afastados dos bancos escolares.

O que se busca neste estudo é mostrar a modalidade de ensino que está direcionada aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de continuar seus estudos na sua faixa etária. Esta modalidade de ensino, a EJA, está diretamente ligada a Lei nº 9.394/1996 que define e regulariza a organização da educação no Brasil, com base nos princípios contidos na Constituição, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996).

De acordo com a LDBEN a educação incorpora todos os processos formativos que surgem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece que a educação escolar é disposta em níveis e categorias de ensino, que compreendem Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior (Graduação e Pós-graduação). Dentre as categorias de ensino denota-se: Educação de Jovens e Adultos (EJA) – objeto desta pesquisa, Educação Bilíngüe, Educação Especial entre outras (BRASIL, 1996).

Ao observarmos essas definições e a forma como se organiza a Educação no Brasil, brotou o interesse por pesquisar esse tema, pois no decorrer das aulas da graduação no Curso de Licenciatura em Ciências Sociais UFMS/CPNV, alguns colegas oriundos da modalidade de ensino EJA evidenciaram suas dificuldades em

acompanhar a leitura dos textos científicos e que por muitas vezes levaram esses acadêmicos a abandonarem o curso, desistindo do sonho de ter um diploma de curso universitário.

Partindo dessa vontade de conhecer a realidade da Educação dos jovens e adultos, nosso estudo buscou as respostas para as seguintes perguntas: Como se deu o processo de instituição histórica e legislativa da Educação de Jovens e Adultos no Brasil? Quais os fundamentos teóricos da Educação de Jovens e Adultos? Quais os dados em relação a taxa de analfabetismo entre os anos de 2008 e 2022?

Com base nessas questões relatadas traçamos um objetivo geral que busca a compreensão e o mapeamento das relações entre as taxas de analfabetismo e a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Dentre os objetivos específicos, procuramos relacionar os principais elementos históricos e legislativos que culminaram na constituição da EJA; buscando compreender as fundamentações teóricas e sociais da EJA e desvelar as taxas de analfabetismo no Brasil. A metodologia da pesquisa é de caráter qualitativo e quantitativo, realizada em fontes bibliográficas. Junto a coleta de dados foram efetivadas a análise teórica a partir dos autores: Arroyo (2012); Aretche (2015); Freire (1979). Concluímos que a EJA, infelizmente, permanece marginalizada entre as políticas educacionais e com pouco prestígio na sociedade brasileira.

1. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Aspectos históricos e legislativos

A educação no Brasil compõe-se por um sistema de ampliação quando nos mencionamos à oferta de vagas no entorno do ensino. Em compensação, com relação à EJA temos que lidar com o abandono escolar dos alunos durante o período do curso nessa modalidade de ensino.

Aqueles alunos que frequentam a escola noturna são, em grande quantidade, trabalhadores que, em função de várias circunstâncias vivenciadas no dia a dia, exemplificando, encontram dificuldade para adaptar o horário do trabalho e os estudos, motivação proveniente dos conteúdos curriculares, e a própria escola que não considera suas práticas e experiências de vida, dentre outras, que acabam por

levar o estudante ao desábito ou abandono de seus estudos. Como esclarece Bezerra:

Problemas na família, casos de violência, alguns educandos aparentavam estar cansados depois de um dia exaustivo de trabalho, outros apresentam problemas de saúde, alguns desmotivados, pois não conseguiam assimilar os conteúdos dados em sala de aula, diziam se sentirem prejudicados, pois por necessidade tinham que trabalhar em (trabalho informal) e isso impedia em seu rendimento escolar. (BEZERRA, 2017, p. 33).

Como pudemos verificar pelo relato acima, diante desse quadro, o Governo Federal criou como política pública a EJA, que é uma categoria de ensino criada pelo Estado brasileiro que percorre todos os níveis da Educação Básica do país, designada aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na escola convencional na idade apropriada. Possibilitando que o aluno retome aos estudos e os conclua em menor tempo possível e, dessa maneira, proporciona sua qualificação para conseguir melhores oportunidades na sua vida social e profissional.

Figura 1 Educação de Jovens e Adultos



Fonte:

<https://conteudo.solutudo.com.br>

A EJA é oferecida tanto no ensino presencial, como à distância (EAD), com o propósito principal de democratizar o ensino da rede pública no Brasil. Anteriormente, a EJA era conhecida como supletivo. Hoje, o programa é dividido em etapas, com abrangência do ensino fundamental ao médio. EJA Ensino Fundamental é destinada aos jovens a partir de 15 anos que não completaram a

etapa entre o 1º e o 9º ano. Nessa etapa, os alunos vislumbram novas formas de aprender e pensar. Tem duração média de 2 anos para a conclusão. A EJA Ensino Médio é designada aos alunos maiores de 18 anos que não completaram o Ensino Médio. Ao finalizar essa etapa, o aluno está preparado para realizar provas de vestibular e Enem, para ingressar em universidades. O tempo médio de conclusão é de 18 meses.

Porém, a EJA no Brasil não se constitui um tema frequentemente tratado nos livros de história da educação. Os debates e discussões técnicas dedicadas à questão e à circulação de conhecimentos sobre a EJA também não costumam frequentar a história da educação como centro temático. Isso pode nos indicar uma invisibilidade que guarda relações com a baixa atenção dada à história da EJA no contexto da produção acadêmica. Através da nossa pesquisa detectamos que esse tema ocupa um lugar sem destaque nas produções acadêmicas, nas obras de história da educação e nos seminários relacionados a educação brasileira. Porém, há uma considerável produção que, numa perspectiva histórica, indica a produção acadêmica acerca da temática a partir da segunda metade da década de 1940. De maneira geral, essa produção compartilha alguns elementos que conformam a base de uma tradição historiográfica da EJA no Brasil. Esses elementos podem ser assim esboçados: a fixação da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), de 1947, como marco da atuação da União em favor da educação de adolescentes e adultos; a emergência de movimentos de educação e cultura popular na década de 1960 e a constituição de uma proposta e um paradigma pedagógico próprio para a EJA, com o trabalho de Paulo Freire; a repressão do regime militar às práticas educativas de orientação de Freire e a instalação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1970.

Figura 2 Círculo de Cultura em Sobradinho, no Distrito Federal (DF). Aplicação da proposta de alfabetização de Paulo Freire em 1963



Fonte: Acervo Paulo Freire

As Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná (GOV. E. do PARANÁ, 2006) descreve que na história do Brasil, desde o período colonial, já existia a necessidade de políticas públicas para a educação de jovens e adultos. Naquela época a educação não era pública e gratuita e, por isso, o índice de analfabetismo era muito grande, porém, esta não era a principal preocupação da sociedade naquele período, haja vista que a força de trabalho não exigia essencialmente habilidades e conhecimentos escolares, tendo em vista que grande parte dos trabalhadores eram escravos.

De acordo com esse documento do Estado do Paraná, durante quatro séculos prevaleceu na educação brasileira a cultura branca, cristã, masculina e alfabetizada sobre a cultura dos índios, negros, mulheres e analfabetos, constatando uma educação seletiva e discriminatória. Esta realidade foi comprovada pelos dados do Censo Nacional de 1890, onde se verificou existirem 85,21% de iletrados na população total brasileira (GOV. E. do PARANÁ, 2006, p. 16-17).

São consideradas recentes, as conquistas e o reconhecimento como política pública de acesso e continuidade da escolarização para pessoas que não foram escolarizadas na idade apropriada, conforme os níveis da Educação Básica. No final do século XIX e início do século XX, diante do alto desenvolvimento urbano e industrial, foram instituídos projetos de lei que tornaram obrigatória a educação de adultos, a fim de capacitar operários para manusear instrumentos de trabalho que requeriam domínio de leitura. Além disso, a criação da EJA correspondia aos

interesses da elite, para aumentar o contingente eleitoral, se tornando critério de uma elevação social legalizada pela Lei Saraiva de 1881 (GOV. E. do PARANÁ, 2006).

A Constituição Federal de 1891, já no período republicano, impedia o voto ao analfabeto, sendo somente eleitores e candidatos aqueles que soubessem ler e escrever. Já no ano de 1925, por meio da Reforma de João Alves, surge o ensino noturno para jovens e adultos. Por volta de 1930 ocorreu um movimento contra o analfabetismo pelos organismos sociais e civis para, assim, aumentar o contingente eleitoral. Deste modo, a alfabetização para jovens e adultos era compreendida como recurso de desenvolvimento do país (GOV. E. do PARANÁ, 2006).

Com a Constituição Federal de 1934, foi instituída a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário para todos. Era o início da sua oferta, considerando que no Brasil era alto o índice de analfabetismo. Em 1942 foi criado o FNEP (Fundo Nacional de Ensino Primário), que destinava 25% de seus recursos ao ensino da população adulta analfabeta. Seu funcionamento efetivo, porém, só aconteceu de fato em 1946 (GOV. E. do PARANÁ, 2006).

O ano de 1946 é considerado o marco propulsor de uma política pública de educação de adultos, pois era tema de política educacional. Contudo, apesar de contar com os recursos que se obtinha pelo FNEP, ainda não minimizava e continuava a ampliar o índice de analfabetismo, pois havia falta de vagas, número de escolas insuficientes e até defasagem na qualidade de ensino (GOV. E. do PARANÁ, 2006).

O governo, no ano de 1947, criou a Campanha Nacional de Educação de Adultos que propunha alfabetizar os adultos em três meses e com isso iniciou-se a discussão sobre analfabetismo e educação de adultos no território nacional. Esta iniciativa se originou por dois motivos: pelo fato de se estar vivendo no período pós-guerra (no qual a ONU recomendou os países para darem atenção à educação de adultos) e pelo fim do Estado Novo (período em que o país vivia uma redemocratização e estava desprovido de mais eleitores). Porém, essa campanha não obteve os resultados almejados a não ser pelo estado de Pernambuco que tinha Paulo Freire na sua delegação. Ele indicava para que o educador e o educando viessem a se comunicar, a se adaptar a metodologia para atender as classes populares e com isso logo se tornou referência na alfabetização de adultos. Em

1947 e 1948 realizaram-se, no Rio de Janeiro, então capital federal, os primeiros e segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos. Primeiras tentativas de criar um consenso sobre a educação específica para jovens e adultos (GOV. E. do PARANÁ, 2006).

Sintetizando, os números do ensino amparam uma existência de possibilidades na produção de conhecimento histórico sobre a educação de adultos no Brasil, ainda pouco exploradas. Considerando a variedade de modalidades educativas destinadas à população jovem e adulta, as estatísticas apontam que o ensino supletivo não brota exclusivamente ligado a proposta de instrução dos adultos analfabetos ou pouco instruídos. Também, exprimem que a forma escolar de educação era meramente mais uma dentre os inúmeros ambientes formadores possíveis para a educação dos adultos. Em relação à variante dos tempos do ensino supletivo, os números do ensino apontam que a ideia da educação dos trabalhadores como mera reposição de escolaridade, baseada na instrução elementar, de tendência técnica, voltado para o trabalho e para o desempenho profissional, não é um apontamento natural. A relação entre ensino supletivo e instrução elementar é fruto de uma construção social e política difundida posteriormente e para o qual as campanhas oficiais de educação de adultos contribuíram decisivamente (GOV. E. do PARANÁ, 2006). Após fazermos uma breve reconstituição histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, no capítulo seguinte vamos apresentar os conceitos e definições acerca da temática.

2. Educação de Jovens e Adultos: conceitos e definições

Temos na EJA é um aprendizado escolar e social que engloba estudantes, professores, coordenadores de escola e gestores públicos. Se tratando de um público ignorado nos cursos de licenciaturas, existe a necessidade de uma preparação mínima para se trabalhar na EJA. Como afirma Miguel Arroyo (2012), “[...] se são outros sujeitos, requerem outras pedagogias”. Cada vez mais os desafios colocados pela EJA requerem essa preparação. Precisa-se transpor a falta de critério utilizada por equipes de secretarias que simplesmente destinam docentes na EJA, como a recorrente expressão “Caí na EJA” (ARROYO, 2012).

Um detalhamento do que seja educação de jovens e adultos está exposto no Parecer de nº 11/2000, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Trata-se de uma fundamentação pormenorizada apresentada pelo Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury após audiências abertas do CNE para debater e incluir sugestões apresentadas.

A EJA é também um campo de estudos e pesquisas. Atualmente, são muitos os trabalhos de conclusão de curso, mestrado e doutorado sobre a educação de jovens e adultos que investigam desde práticas de alfabetização, passando características dos sujeitos da EJA, regulamentação, políticas, até a formação específica do educador de EJA. O tópico da formação merece um destaque na medida em que quase totalidade dos cursos superiores de pedagogia e licenciaturas não vêm contemplando uma preparação apropriada para se trabalhar com a realidade do público jovem, adultos e idosos que voltaram a estudar.

A EJA vem atender toda a população acima dos quinze anos que jamais colocou os pés dentro de uma instituição de ensino ou que tenha interrompido seus estudos. A inserção do segmento jovem ao campo da educação de adultos vem se dando devido à ausência de políticas educacionais voltadas exclusivamente a essa parcela etária. Logo, os complexos de ensino atendem o segmento juvenil nas etapas que permitem completar a educação básica.

Especificamente no país, acredita-se que o jovem, ou adolescente conclua o ensino fundamental até completar quinze anos de idade. Como a LDB, em vigor, estabelece a idade de quinze anos para o ingresso na EJA no ensino fundamental, e de dezoito anos, para o ingresso na EJA no ensino médio, muitas redes de ensino têm naturalizado a prática de encaminhar para a EJA, que em geral tem sido no noturno, alunos precoces para estar entre jovens, adultos e idosos.

Podemos destacar uma particularidade comum a EJA, é o fato dela atender a uma diversidade de sujeitos. A EJA é por si própria é mesclada. Uma característica inicial que salta aos olhos de qualquer um que chegue a uma sala de aula é a diversidade etária. Ali podemos encontrar adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Figura 3 A EJA é por si própria é mesclada



Fonte: <https://correio.rac.com.br/campinasermc/idosos-retomam-sonho-da-alfabetizac-o-no-pos-pandemia-em-campinas-1.1271648>

Devido a acentuada desigualdade social existente em nosso país, esse contingente é resultante das camadas populares. Enfim, quem não conseguiu reunir um cenário para ter completado a educação básica quando mais jovem, são filhos de famílias carentes que tiveram que deixar os estudos primitivamente para ajudar no sustento da casa. Também, existe um recorte étnico são principalmente originários do povo negro. Pois, devido ao longo período de escravidão no Brasil, os negros tiveram seus direitos básicos negados por séculos, principalmente o direito a educação. Acrescenta-se a isso, a situação socioeconômica dessa fração significativa da sociedade brasileira. Sua grande maioria está em trabalhos menos qualificados quando não de um fenômeno crescente que é a informalidade.

O sexo feminino forma um grupo distinto na EJA, por se tratar de segmento social que foi submetido pela discriminação imposta pelo machismo em nossa sociedade, a mulher em muitos casos, foi a que se manteve em casa para cuidar de um irmão ou irmã mais novos, de um parente doente ou até mesmo dos afazeres do lar. Existem inúmeros registros em que o próprio pai proibia a filha de ir para a escola ou mesmo de permanecer nos estudos para mantê-la nas tarefas diárias de casa ou com desconfiança de “arrumar namoro”.

Existe outro aspecto característico do público de EJA e que não pode ser desprezado, que é o contraste religioso. A religião de forma geral incorpora um lugar central nas populações em situação de marginalidade social. A devoção é uma

dimensão da vida do ser humano que precisa ser compreendida e reconhecida. No caso da educação, é incondicional o educador e a educadora assumirem uma postura de respeito em relação aos costumes e crenças dos alunos e procurar entendê-los numa conjuntura mais abrangente do seu bairro e sua da comunidade.

Baseado nos dados acima relatados, o número de brasileiros que necessitam da EJA é assustador. Aproxima-se de sessenta e cinco milhões de pessoas com quinze anos e mais que ainda não concluíram o ensino fundamental completo, o que equivale a quase um terço de nossa população. Ou seja, em cada três brasileiros, um ao menos tem a escolaridade essencial que é o ensino fundamental.

O educador nesse processo é o caminho entre o ensinar e o aprender, o qual tem um papel fundamental como mediador nesse contexto, de tal forma que influencia o andamento dessa construção. Vale destacar a importância de motivar o estudante nesse exercício educacional, como ressalta Coriá-Sabini (2000, p. 83), “[...] motivação é a força propulsora da conduta. É a condição interna que ativa o indivíduo e o predispõe a emitir certas respostas [...]”.

Um estudante motivado por consequência tem mais interesse pela aula, o que traz mais ainda o gosto por aprender, acreditando que tem verdadeiras oportunidades de mudar seu destino, com uma escolarização adequada, brotando assim uma transformação na sua vida.

Dar prosseguimento nos bancos escolares após a trajetória de ensino por vezes fragmentada e inquieta é ter sonhos a frente, necessidades e desejos encontrados no passar da vida. Um dos motivos que faz esse público voltar à escola é dar uma condição melhor de vida, para si e para sua família, recuperando uma etapa perdida de sua vida escolar.

3. Mapeamento do Analfabetismo no Brasil: o caso da Educação de Jovens e Adultos

Conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), com informações trazidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem ainda 11,8 milhões de analfabetos. Como o centro deste levantamento específico é realizado no que atinge a parcela da população brasileira com 15 ou mais anos de idade, estamos tendo um recorte

concentrado justamente nas pessoas que carecem de formação por meio da Educação de Jovens e Adultos - EJA (IBGE, 2018).

Ressaltando que, neste caso, o olhar para os brasileiros que sofrem em virtude da aflição do analfabetismo, a definição é bem clara, ou seja, relaciona-se às pessoas que mal sabem ler e escrever um simples bilhete. Isso, em pleno século XXI, quando se debatem questões relacionadas a alfabetização e/ou letramento digital como base formativa já para as crianças nos níveis mais compreensíveis e iniciais da educação. Importante destacar que o PNE (Plano Nacional de Educação) indicava como meta para o país que em 2015 o analfabetismo no país atingisse o equivalente a 6,5% da população e que, em 2024, fosse extinto do mapa, ou seja, totalmente erradicado no Brasil (BRASIL, 2015). Em 2016 tínhamos 7,2% da população, com 15 anos ou mais, que ainda experimentam os efeitos malignos do analfabetismo no país e, é claro, isso ocasiona em prazos mais longos para a erradicação total deste problema no país (IBGE, 2019).

De acordo com o IBGE existe uma maior concentração de analfabetos entre pessoas com 60 anos ou mais, parcela em que o analfabetismo atinge 20,4% das pessoas e atinge 6 milhões de cidadãos. Dentre as pessoas com 40 e 59 anos, o índice é de 12,3%; aqueles que tem 25 e 39 anos de idade, estabelecem 8,8% dos analfabetos; para aquelas pessoas que têm entre 18 e 25 anos o índice é de 7,7%; e, entre os brasileiros com idade entre 15 e 18 anos, fica em 7,2% (IBGE, 2019).

O analfabetismo alcança mais as pessoas negras ou pardas, perfazendo 9,9% do total, enquanto entre os brancos o índice chega a 4,2% para os maiores de 15 anos; entre os maiores de 60 anos, o índice de analfabetismo entre os negros e pardos chega a 33%, ou seja, atinge 1 em cada 3 brasileiros desta camada social (IBGE, 2019).

Os insignificantes índices de formação brasileira retratam que 49% da nossa população com 25 anos ou mais não completou o Ensino Médio e, apenas 15,3% dos brasileiros completaram o Ensino Superior. A média de tempo de estudo no Brasil é de 8 anos, baixa quando se comparada, até mesmo, com os países da América Latina e do BRICs³ (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), de acordo com dados do Relatório de Desenvolvimento Humano divulgado pela ONU em 2017. Na Argentina, por exemplo, contabilizam quase 10 anos de estudo, em média, na

³ O grupo BRICs que até 2023 era formado por África do Sul, Brasil, Rússia, Índia e China foi ampliado em 2024 para incluir Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã.

Rússia, o total já vai para 12 anos e, na África do Sul, chega a 10,3 anos. Infelizmente o Brasil supera apenas a China, com 7,6 anos de estudo, e a Índia, com 6,3 anos (OLIVEIRA, 2019).

Existe uma acentuada disparidade regional no que se refere a quantidade de pessoas analfabetas no país, conforme é possível perceber com base nos dados a relacionados a seguir. Na região Nordeste contabiliza 14,8% de analfabetos; no Norte do país chega-se a 8,5% da população local; No Centro-Oeste apresenta índice correspondente a 5,7% de sua população como sendo analfabeta; No Sudeste os índices sofrem ligeira queda para 3,8% de analfabetos e, já na região Sul é aquela que apresenta o menor índice nacional, com 3,6% de analfabetos. Enfim, temos 6,5 milhões de analfabetos apenas no Nordeste, o correspondente a mais da metade do total nacional (OLIVEIRA, 2019).

Numa ótica apenas relacionada ao Analfabetismo Funcional, de acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa, temos 27% da população inserida neste perfil, ou seja, mais de $\frac{1}{4}$ da população brasileira que, adicionados aos 7,2% de analfabetos completos, totalizam quase 35% da população brasileira, em outras palavras, 1 em cada 3 brasileiros (OLIVEIRA, 2019).

De acordo com Rodrigues (2023) atualmente, a taxa de analfabetismo no Brasil registrou queda de 0,5 ponto percentual entre 2019 e 2022. É o que mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada no dia 7 de junho de 2023, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o levantamento, 5,6% da população do país com 15 anos ou mais não sabiam ler ou escrever em 2022, logo, são 9,6 milhões de pessoas.

Rodrigues esclarece que:

A nova edição atualiza a série histórica com os dados de 2022. O levantamento registra declínio do analfabetismo no país desde o início do levantamento em 2016, quando 6,7% da população não sabia ler e escrever. A nova taxa de 5,6% reflete a queda em todas as faixas etárias. No entanto, entre os idosos, a proporção de analfabetos é mais significativa. Na população com 60 anos ou mais, 16% não sabiam ler e escrever em 2022. "Esses resultados indicam que as gerações mais novas estão tendo maior acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda enquanto crianças", revela o levantamento (RODRIGUES, 2023, p.1).

Quando se inclui a questão do Gênero, Rodrigues informa que:

[...] observa-se que o analfabetismo entre os idosos atinge mais mulheres do que homens. No entanto, considerando a população com 15 anos ou mais, o cenário se inverte: não sabem ler e escrever 5,9% dos homens e 5,4% das mulheres (RODRIGUES, 2023, p.1).

Em relação as regiões brasileiras as discrepâncias são reveladoras, como esclarece Rodrigues:

[...] O Nordeste abriga 55,3% de todos os brasileiros com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever. O analfabetismo na região alcança 11,7% da população. No Norte, são 6,4%. As demais regiões - Centro-Oeste (4%), Sul (3%) e Sudeste (2,9%) - têm taxas abaixo da média nacional. O IBGE chama a atenção para os desafios do país e de cada região, visando ao cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei Federal 13.005/2014. Pelas metas estipuladas, as taxas entre pessoas com 15 anos ou mais deveriam ter caído para 6,5% em 2015, o que só foi alcançado pelo Brasil em 2017. Além disso, a erradicação do analfabetismo é almejada para 2024 (RODRIGUES, 2023, p.1).

Em todo caso, fica bastante claro, pelos dados ilustrados no presente artigo, a urgência de um investimento em Educação para Jovens e Adultos, em todo o país, com maior destaque nas regiões Nordeste e Norte, juntamente as populações de baixa renda, para criar incentivo à qualificação profissional e ainda mesmo social destas pessoas, que tanto necessitam.

Nos últimos anos, houve diversos avanços no campo educacional no país, porém, assistimos perplexa uma desvalorização por parte dos últimos governos em priorizar os investimentos em Educação, de modo geral, e isso é muito grave e vem trazendo resultados devastadores para o país.

No Brasil o sistema de ensino, através de sua história, tem passado por um método de transição, buscando novas possibilidades pedagógicas que possam eliminar o analfabetismo no país, através de programas que sirvam de incentivo para os jovens e adultos buscarem o saber formal.

Logo, constatamos que a evasão escolar continua, mesmo com a implantação dos programas educacionais, estes tem apresentado resultados negativos, tornando-se desafiador para a instituição escolar, manter o aluno frequentando as salas de aula.

Com a EJA, que tem como princípio básico proporcionar a educação fundamental aos que não tiveram condições de se educar através de escola na faixa etária delimitada na Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), não é diferente, vem passando por uma falta de interesse bastante significativo.

Através deste artigo buscou-se, com auxílio de leituras especializadas do tema, pesquisas na internet em textos e artigos, esboçar aqui a situação e o papel da EJA no país, entre os anos de 2008 e 2022. Foi feita uma leitura minuciosa e crítica de todo o material pesquisado e por fim relatou-se aqui, os percentuais intrigantes de como se encontra o analfabetismo no Brasil, isso traçado por regiões dentro do país.

4. Análise e Discussão de Dados

O conflito para combater e erradicar o analfabetismo no Brasil, em comparação com alguns países notadamente de primeiro mundo, teve início com atraso. Pode-se até afirmar que teve início em meados de 1934, ou um pouco antes, foi exteriorizada na Constituição Federal de 1934.

Até o presente, muitas mobilizações da sociedade com os governos foram planejadas com a intenção de acabar com o analfabetismo, sem que, entretanto, isso se tornasse uma realidade plena.

Podemos relacionar algumas iniciativas do governo em benefício da eliminação do analfabetismo no Brasil: o Serviço de Educação de Adultos e a Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947⁴; Campanha de Educação Rural que ocorreu em 1952⁵; a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958; o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)⁶, em 1967, e que objetivava a alfabetização funcional de jovens e adultos, propiciando

⁴ Em 1947, aconteceu a primeira “Campanha de educação de adultos”, tal ação previa alfabetização em até três meses. Seguiria a “ação em profundidade”, voltada para a capacitação profissional e desenvolvimento comunitário. Nesse período surgiram inúmeras escolas supletivas, para a população mais carente. Fonte: <https://www.brasilecola.com/>. Consultado em 19/11/2023.

⁵ A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) instituída em 9 de maio de 1952 pelo então Ministério da Educação e Saúde, com sede no Rio de Janeiro e jurisdição em todo Território Nacional subordinada diretamente ao Ministro da Educação e Cultura, tem por finalidade difundir a Educação de Base no meio rural. Um dos objetivos da Campanha Nacional de Educação Rural – CNER era capacitar e/ou formar professoras/professores para atuar nas zonas rurais com o intuito de melhoria da educação e das instalações escolares rurais com uma concepção explícita de “civilizar o homem do campo”. Fonte: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/95960-dispue-subre-a-campanha-nacional-de-educacao-rural-cner.html>. Consultado em 19/11/2023.

⁶ O MOBRAL foi criado em dezembro de 1967, mas efetivamente organizado em 1970 em pleno momento da Ditadura Militar no Brasil, com uma radical reformulação do projeto inicial. Suas primeiras ações foram: montagem da equipe diretora central; formação das comissões estaduais e municipais, com as quais foram assinados os primeiros convênios; e definição do PAF – Programa de Alfabetização Funcional, cuja meta era eliminar o analfabetismo das pessoas adultas, no prazo de dez anos. Fonte: <http://forumeja.org.br/node/2990>. Consultado em 19/11/2023.

conduzir o indivíduo alcançar técnicas de leitura e escrita para integrá-lo, uma melhor condição de vida ao finalizar os estudos.

Figura 4 Selos da campanha de alfabetização de adultos no Brasil e no México.



Fonte:

The Unesco Courier 1958, p. 29.

Os alunos da EJA trazem de certa forma a marca da pobreza, da exclusão por não terem alcançado uma educação satisfatória, e porque as políticas públicas fraquejaram quando eram crianças ou adolescentes.

Vivemos, afinal, num país injusto onde a distribuição de renda causa pobreza, causa dor, causa incômodo e diferenças de oportunidades. Independentemente de tudo, a batalha continua e podemos contar com a EJA, Educação de Jovens e Adultos, cuja faixa etária prevista pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) é de 15 anos para o Ensino Fundamental e 18 anos para o Ensino Médio.

A EJA se constitui como um projeto de combate ao analfabetismo por excelência, devendo ser abalizado e jamais negligenciado pelo governo. Este programa atinge também as pessoas da terceira idade, aqueles que já têm de 60 anos ou mais.

Conclui-se que a categoria de ensino EJA sofreu uma evolução na história. Essa evolução levou à tendências concebidas no decorrer de sua história recente, completando assim, a formação do educador de jovens e adultos, e faz-nos meditar sobre as proporções de seu trabalho, como: a localização da formação do educador da EJA dentro do aprendizado vigente, as tendências de sua formação e a reflexão a respeito da educação que queremos na perspectiva de superação das contradições do aluno que se quer formar.

Figura 5 Uma sala do EJA



Fonte: <https://www.jornalbairrosnet.com.br/2020>.

Nossos adultos e jovens precisam ser tratados com mais dignidade pelos governos, para que seu orgulho como pessoa humana seja respeitado, e o direito à educação possa ser, de fato, efetivado em nosso país.

O significado deste artigo evidencia que os orientadores têm consciência da importância da avaliação, enquanto mecanismo pedagógico, mas evidenciam igualmente que ainda existem muitas incertezas a serem trabalhadas para que alunos da EJA desenvolvam as competências escolares necessárias.

Considerações Finais

Através deste artigo procuramos demonstrar que mesmo com o reconhecimento do direito de jovens e adultos de se instruírem, nos últimos anos, mesmo com o relevante aumento da oferta do ensino regular no país, ainda estamos distantes de superar ou até mesmo acabar com o analfabetismo e de alcançarmos a escolaridade básica para toda a população brasileira, acima dos 15 anos, que pudesse ser o resultado de uma distribuição equitativa deste serviço.

Procuramos indicar que esta situação é produto de fatores internos ao sistema de ensino, como o pequeno número de vagas para atender a enorme demanda potencial da EJA, e a qualidade dos serviços oferecidos, seja nesta modalidade de ensino, seja no sistema regular, que acaba por provocar elevados

índices de evasão e repetência. Existem ainda, alguns fatores de natureza administrativa, de financiamento, de espaço físico e de natureza pedagógica.

Porém, não apenas os fatores internos explicam toda a realidade, as desigualdades econômicas e sociais, as diferenças regionais e as contradições entre a vida na zona rural e a residência urbana, assim como as diferenças produzidas nas relações étnico-raciais, mostram que a história do desenvolvimento do nosso país está marcada pela desigualdade e exclusão social que interrompem a concretização do direito humano à educação para todos os cidadãos.

Mesmo que este direito seja reconhecido, a história das políticas para a sua implementação, agregando aos fatores de natureza econômica, social e cultural da nossa sociedade, nos indicam que os objetivos pré-estabelecidas no novo Plano Nacional de Educação dificilmente alcançarão os resultados esperados. A EJA, nesse contexto social e histórico, infelizmente, permanece marginal entre as políticas educacionais existentes no país, além do seu pouco prestígio diante da sociedade brasileira.

Referências

ARELARO, Lisete Gomes; KRUPPA, Sônia Portella. A educação de jovens e adultos. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002. p. 89-107.

ARRETCHE, Marta (Org) **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos – 1ª Ed – São Paulo: Editora Unesp, 2015.**

ARROYO, Miguel. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BEZERRA, Miranda Meira. **Evasão escolar: uma difícil realidade da educação de jovens e adultos na Escola Municipal de Ensino Fundamental e EJA Monsenhor João Coutinho**. 60 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia – Educação do Campo) – Universidade Federal da Paraíba, 2017.

BRAGA, F. M.; FERNANDES, J. R. (2015). **Educação de jovens e adultos: contribuições de artigos em periódicos brasileiros indexados na base SciELO (2010-2014)**. Cadernos CEDES, 35(96), 173-196.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **PARECER CNE/CEB 11/2000 – HOMOLOGADO.**

Despacho do Ministro em 7/6/2000, publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15. Ver Resolução CNE/CEB 1/2000, publicada no Diário Oficial da União de 19/7/2000, Seção 1, p. 18.

CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida. **Fundamentos de psicologia educacional.** 2.ed. São Paulo: Ática, 2000.

COUTO, Miguel. No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo. Rio de Janeiro: TYP. Jornal do Comércio, p. 190, 1933. In: PAIVA, Vanilda. P. **Educação popular e educação de adultos.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 321-337, jul./dez. 2001.

FÁVERO, O. (Org.). **Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60.** Rio de Janeiro, RJ: Edições Graad, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FERRARI, S. C. O aluno de EJA: **jovem ou adolescente?** 2011. Disponível em: http://www.cereja.org.br/pdf/revista/Revista_ShirleyCostaFerra.pdf. Acesso em 02/11/2023.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ; SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos.** Curitiba, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_eja.pdf. Consultado 10/12/2022.

HADDAD, S. (Coord.). **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998).** Brasília, DF: MEC/INEP/COMPED, 2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Educação 2018 (Pnad Educação).** Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades- raciais-e-por-regiao-persistem>. Consultado em 20/11/2023.

OLIVEIRA, Elida. **Mais da metade dos brasileiros de 25 anos ou mais ainda não concluiu a educação básica, aponta IBGE.** O Globo, 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/06/19/mais-da-metade-dos-brasileiros->

de-25-anos-ou-mais-ainda-nao-concluiu-a-educacao-basica-aponta-ibge.ghtml.
Consultado em 11/12/2023.

¹
PLANETA EDUCACAO. **O analfabetismo e a educação de jovens e adultos no Brasil**, jul./2018. Disponível em: <https://plannetaeducacao.com.br/2018/07/10/o-analfabetismo-e-a-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil/>. Consultado em 11/12/2023.

RODRIGUES, Léo. **IBGE revela desigualdade no acesso à educação e queda no analfabetismo**. Dados são da Pnad Contínua, divulgada pelo IBGE; Agência Brasil - Rio de Janeiro, Publicado em 07/06/2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/ibge-revela-desigualdade-no-acesso-educacao-e-queda-no-analfabetismo>. Consultado em 19 de outubro de 2023.

SOARES, Leôncio. **Trajetórias compartilhadas de um educador de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.